

O século XIX: O mundo burguês / O casamento/A nova mulher: O contexto histórico dos romances Madame Bovary, Ana Karenina, O Primo Basílio e Dom Casmurro

Maria Celeste de Moura Andrade¹

Resumo: Este artigo aborda as conexões conhecimento/poder que circunscreveram a sexualidade feminina e as representações do permitido e do não-permitido neste campo, na segunda metade do século XIX. O texto mostra como o privado; entrecruzado com o social, o religioso, o jurídico, o médico e o biológico; leva à criação de discursos teóricos centrados na família. Esses discursos legitimam algumas práticas e excluem outras, num jogo complexo de mútuas influências. O viés usado para a abordagem foi a literatura, importante registro dessa teia de relações, muitas vezes mais verdadeiras que as emanações do vivido. Buscou-se entrecruzar elementos contidos na obra de Flaubert, Tolstói, Eça de Queirós e Machado de Assis, que retratam o cotidiano amoroso do século XIX, inserido no contexto histórico do capitalismo europeu (França, Portugal e Rússia, com suas especificidades) e periférico (Brasil). A temática do adultério feminino presente nos romances selecionados (Madame Bovary, Ana Karenina, O primo Basílio e D. Casmurro), e a temporalidade histórica de sua publicação, esclarecem a escolha.

Palavras-chave: sexualidade feminina – representações – discurso – adultério – poder.

O Mundo Burguês

Segundo Eric Hobsbown (1996, p. 321-347), o mundo ocidental, na segunda metade do século XIX, segue mais ou menos os contornos sugeridos ou impostos pela Europa Ocidental, referindo-se mais à França e à Inglaterra. Destaca que o mais importante no quarto de século, após 1848, é a expansão da economia capitalista em todo o mundo, nesse momento ainda centrada na Europa. Embora não seja simpático à burguesia, reconhece que, para o bem e para o mal, esta foi a sua era e procurou representá-la, mesmo vendo as outras classes em relação à burguesia. Tudo girava em torno da Europa: as condições sócio-econômicas e políticas, o gosto, a moda, as artes, e também a literatura. Faz algumas referências à Rússia, mostrando as especificidades de seu capitalismo tardio e dependente dos

¹ Doutora em Educação pela Unicamp. Professora do Centro Universitário do Planalto de Araxá.

capitais estrangeiros, e a Portugal, em escala descendente em seu poder econômico, inserido em um continente capitalista. Segundo Roberto Schwarz (1997 e 2000), Machado de Assis se daria conta (em *Memórias Póstumas de Brás Cubas e Dom Casmurro*) da inadequação entre a forma romanesca importada e o contexto social, político e econômico do Brasil da época. Estas especificidades analisaremos ao longo do texto.

Os burgueses eram os capitalistas, comerciantes, banqueiros, lojistas, alguns industriais, proprietários e *rentiers*, (que vivem de renda), profissionais liberais, alguns proprietários de terras, e escalões menores de poder político. (Exceto o marido de Ana que era alto funcionário do Estado russo, os demais esposos, nos romances analisados, eram profissionais liberais: médico, engenheiro e advogado). As definições da classe burguesa não eram claras em seus limites, embora fosse reconhecida uma estratificação interna em grande, *moyenne e petite bourgeoisie*.

Na Rússia, nenhum burguês poderia transformar-se num verdadeiro aristocrata, mas a tentação dos casamentos com a nobreza, e, em geral, o estilo de vida aristocrático tornou-se irresistível para os ricos, muito bem ilustrado por Tolstoi (mostrar vídeo Ana Karenina). O caso do Brasil é bem *sui generis* e será analisado a partir de Schwarz, em texto à parte.

Enfim, os burgueses eram pessoas que precisavam se distinguir, aparecer, eram pessoas que “contavam”, daí o esnobismo que separava os milionários dos ricos, e estes, por seu turno, dos meramente prósperos. Acreditavam na empresa privada competitiva, na tecnologia, na ciência e na razão como fatores de progresso, em alguns governos representativos e liberdades e direitos civis, desde que compatíveis com as leis, feitas por eles e com o tipo de ordem que mantivesse os pobres no seu lugar. Acreditavam numa certa modalidade de religião, principalmente para suas mulheres e filhas e também para os pobres, para que “não lhes roubassem os talheres” (Voltaire). A necessidade de um verniz cultural complementar substituía a religião, pois tornava obrigatória a frequência à ópera, ao teatro e aos concertos, mais que à Igreja. Ser burguês era ser superior, (exceto ao Estado e a Deus).

Cultural e economicamente, sobretudo após 1870, o estilo burguês é que sobressai na Europa, tanto na França, como em Portugal, na Rússia e no Brasil, guardadas suas especificidades. Mesmo que seus hábitos fossem considerados “bárbaros” pela velha aristocracia, o mundo torna-se capitalista, feito pela e para a burguesia. Na arte, “todos colecionavam quadros impressionistas, liam livros decadentes e se orgulhavam de gostar de alguma arte ultra aristocrática.” (Romain Rolland apud Hobsbown, 1988, p. 307). O escritor, prêmio Nobel de literatura em 1915, citado por Hobsbown, refere-se aos políticos de esquerda, mas a frase bem podia referir-se a um bom número de burgueses. Muitos se refugiavam na segurança das obras clássicas, cuja validade era garantida pelo consenso de gerações, e se vangloriavam de (re)conhecer as mais produzidas de todas, entre as quais: Apolo de Belvedere; Gladiador Moribundo; Menino tirando um espinho; Níobe chorando; e Lacoonte; esquecidas após 1900. Foram produzidas em massa, em reproduções baratas de obras de mestres da pintura. Na música erudita, o prin-

principal manancial era Mahler, Strauss, Debussy, além de Elgar, Vaughan Williams e Sibelius. Na ópera, Puccini, Strauss, Mascagni, Leoncavallo, Janacek, Wagner, Caruso, Chaliapin. E o balé, russo, naturalmente. Na literatura e na pintura, muitos, que nem sempre tiveram a popularidade em vida: Hardy, Mann, Proust, Bennett, Rolland, Ibsen, Shaw, Chechov.

Houve um enorme avanço das publicações de livros de teatro e clássicos mundiais a preços baixos: séries como *Mermaid*, *World's Classics* e *Every Man Library*. Há grande aumento de salas de teatro, cuja frequência era obrigatória para os que tinham pretensões de posição social. Aumenta também o jogo de negócios ligados a colecionadores de arte. Alguns artistas e talentos britânicos, entre 1880 e 1890 se orgulhavam de ser chamados “decadentes”. Merece destaque o florescimento, no fim do século, da *art nouveau*, com epicentro, sobretudo, em Paris e Viena, verdadeira selva ornamental que compõe muitos palácios públicos e grandes estações de ferro. Há uma profusão de elementos decorativos curvilíneos entrelaçados, baseados em motivos biológicos, botânicos e femininos. O movimento *art nouveau* triunfou especialmente por meio do mobiliário, dos elementos de decoração de interiores e de inúmeros objetos domésticos, desde os caros e luxuosos de *Tiffany*, de *Lalique* e do *Werkstatte* vienense às luminárias de mesa e à cutelaria, cuja imitação se espalhou pelas casas dos subúrbios. Ele refletiu bem as tensões entre o elitismo e as aspirações populares de cultura “avançada”. É desse período, 1889, a construção da Torre Eiffel.

O *fin de siècle* era controverso e permite avaliações que vão do otimismo à pecha de *décadent*. O slogan preferido do momento é *avant-garde* e o movimento *arts and crafts* marca o estilo de decoração de interiores de muitas casas da burguesia abastada e instruída. Esse movimento tornou-se moda entre criadores e *connaisseurs* e vinculou homens e mulheres ativos no sentido da produção das artes aplicadas no real (papéis de parede, desenhos têxteis, etc.) Havia uma mistura de estilos e tendências que ia da glorificação da herança clássica, aos apelos mais ousados dos “modernos”. As elites mais abastadas fugiam da mediocridade dos estilos consagrados pelo crescimento numérico das classes média e média baixa, ávida de cultura, procurando símbolos de *status* cultural mais exclusivos.

No interior das artes do *avant garde*, as contradições eram muito complexas, mas, didaticamente podemos sintetizá-las em: modernidade, liberdade e realidade; natureza e imaginação; arte como descrição do real e arte como representação de idéias, emoções, valores; incerteza quanto ao que a natureza era; realidade objetiva e descrição dessa realidade; abstração e objetividade, entre outras. Essas contradições se expressam numa avalanche de estatutária e arquitetura oficial que cobriu o mundo ocidental entre 1880 e 1914, cujos exemplos típicos são a estátua da Liberdade (1886) e o monumento a Vítor Emanuel (1912) (de extremo mau gosto, no meu entender).

A crise das artes era, sem dúvida, o reflexo da crise de uma sociedade – a sociedade liberal burguesa do século XIX – que, de uma forma ou de outra, estava em processo de destruição das bases de sua existência, dos sistemas de valores, convenções e entendimento intelectual que a estruturavam e a ordenavam.

Após 1850, o modelo idealista do amor romântico desagrega-se. O cam-

po semântico do sentimento compõe-se ainda dos mesmos elementos, mas já começando a se desintegrar. A ironia flaubertiana atesta o fim das crenças angélicas no amor, a perda de fé nos emblemas românticos, paralela à sua difusão e à sua tendência a tornar-se um objeto de consumo.

No devaneio de Emma Bovary e Rodolphe, seu amante, quando se consuma a aventura, os elementos constitutivos do sentimento jazem esparsos e parecem deslizar ao sabor da água, tão próxima. Assim será ao longo de todo o meio século que se segue. Enquanto o anjo cede lugar à esfinge, um conjunto impreciso e móvel de sensações, sonhos, lembranças e medos substitui o irresistível impulso para o ideal. (CORBIN, 1991, p. 524)

O naturalismo expandiu o campo da literatura como representação da realidade, ao ampliar seus temas, incluindo, sobretudo, a vida dos pobres e a sexualidade. O simbolismo do final do século marca em profundidade a imagem da mulher. Acentuando a dicotomia das figuras da feminilidade, a um só tempo etérea e venenosa, traduz, à sua maneira, o medo que sua companheira desperta nos homens de seu tempo (Corbin, ver figura p. 520).

No que se refere à Europa, e, em parte à Rússia e ao capitalismo periférico do Brasil, os contornos da sociedade burguesa são bem delimitados. Neste texto, destacamos as relações familiares, e dentro delas as conjugais e extraconjugais, mais interessantes para a abordagem do tema em estudo.

Concordamos com Hobsbown quando diz que os fenômenos mais superficiais são, às vezes, os mais profundos (1996, p. 321), daí sentirmos a necessidade de abordarmos aspectos materiais relativos às moradias, objetos de decoração, roupas, e outros relativos à moral e aos “bons costumes”.

O lar era a quintessência do mundo burguês, pois nele, e apenas nele, podiam os problemas e contradições daquela sociedade ser esquecidos e artificialmente eliminados. Ali, tanto a aristocracia quanto a burguesia viviam seus simulacros: a primeira, tentando manter as aparências de uma antiga opulência e a segunda, imitando os gestos e gostos da primeira, para garantir o aparato de sua riqueza e seu poder recente. (ver exemplo do mobiliário em *A prima Bete*, de Balzac, p. 9). Ali, em meio aos objetos e rituais domésticos, a família pequeno-burguesa podia manter a ilusão de uma alegria harmoniosa e hierárquica, consagração do ideal burguês. (São exemplos disso a comemoração do Natal, e, nos romances estudados, os salões aristocráticos e burgueses, além do hábito de “receber” em determinados dias da semana).

As conexões entre a família do século XIX e a sociedade burguesa permanecem obscuras: de um lado uma sociedade com uma economia baseada na livre iniciativa individual e igualdade de direitos e de outro uma aristocracia patriarcal e hierárquica de dependência pessoal (pai guardião, guia e juiz) e, abaixo dele, o bom anjo da casa, a mãe, esposa e amante, que devia alimentar, vestir e agradar a todos, além de manter tudo em ordem. (Kitty, de Tolstoi, é bem esse modelo de mãe e esposa, enquanto o marido vivia suas aventuras, inclusive com a preceptora dos filhos). “Seja boa, doce senhora, e deixe aos outros serem inteligentes”. Basta-

va que ela fosse uma escrava atraente, ignorante e tola, mas precisava exercer bem o controle dos criados, cuja presença caracterizava a condição burguesa e o fato de não trabalhar, mas ordenar aos outros que trabalhassem. Se trabalhasse perdia a condição de *lady*.

A relação patrão/oa-empregado/a era de grande dependência, poder e sujeição (quarto magramente mobiliado, uniforme, carta-testemunho) e evidenciava, mais uma vez, a contradição entre a família e a sociedade burguesas. Na verdade, a fase clássica da sociedade burguesa reforçou e exagerou a estrutura da família patriarcal, pelo menos em termos “ideais”, já que, em muitos casos, o burguês típico “temia a Deus, e mais ainda à sua mulher” (Hobsbown, 1996, p. 334). A esposa, criança indefesa e dependente, a ser moldada pelo futuro marido, era o ideal de muitos homens, o que não impediu o aparecimento de um início de movimento feminista entre as mulheres da classe média.

A mobilidade social também não era grande como se poderia esperar numa sociedade democrática. As alterações de *status* eram mais comuns dentro das camadas médias, e estavam ligadas ao talento, mas também ao grau de instrução, propriedade e ligações sociais que permitiam estabelecer relações de casamento em que o dote era ainda característica importante. Esse está presente em Madame Bovary e Ana Karenina, e subentendido nos outros romances.

O interior da casa burguesa era recheado de um acúmulo exagerado de objetos (almofadas, cortinas, tecidos, papéis de parede, borlas, sempre muito elaborados, com molduras douradas, entalhadas ou recobertas de veludo, objetos torneados, enfeites em profusão). Tudo enfim que indicasse riqueza e *status*, solidez. As casas e os objetos eram feitos para durar para sempre e deveriam expressar as aspirações mais altas e espirituais da vida ou através de sua beleza (objetos de decoração) ou de sua mera existência (livros e instrumentos musicais, sobretudo o piano, que deveria ser praticado por todas as filhas diletas da burguesia). Isto se estendia aos quartos dormitórios dos trens e aos restaurantes e quartos de 1ª Classe dos navios a vapor, que tinham como as casas, seu *décor* (ou seja, a beleza da decoração, uma coisa aplicada à superfície dos objetos). A dualidade entre solidez e beleza expressava a dicotomia entre o material e o ideal, o corpóreo e o espiritual, já que, para o burguês, espírito e idéia só podiam ser expressos através da matéria ou do dinheiro que pudesse comprá-la. Contrariamente, aqueles que precisavam vender seu saber ou sua arte eram vistos como subalternos, mesmo que convidados para o jantar do domingo. [Essa dualidade é expressa em Flaubert, segundo Vargas Llosa (1979, p. 101-109), numa humanização das coisas: a *casquette* loquaz de Charles, a carruagem erótica de Ema; e numa coisificação das pessoas: nos grandes eventos coletivos, os buquês de flores ocultam os sorrisos, as pulseiras tremem, cintilam e rumorejam. Também aí, como nos demais livros, a preocupação com dinheiro, é constante]. O burguês (*parvenu*, ou *nouveau riche*) era um gastador destemperado e procurava cada vez mais maneiras de se aproximar do estilo de vida dos aristocratas, o que custava dinheiro. A compra de antiguidades era uma dessas maneiras.

Essa dualidade entre espírito e matéria se manifesta também nos hábitos sexuais, em que os homens burgueses, (mesmo pregadores e advogados, ocasionalmente), pregavam uma moral e, deliberadamente, praticavam outra, frente às “demandas da natureza humana”. A regra geral era a castidade para as mulheres solteiras e a fidelidade para as casadas, caça livre a todas as mulheres (exceto filhas casadoiras das classes médias altas) por todos os jovens burgueses e solteiros, e uma infidelidade tolerada para os casados. As regras do jogo eram claras e tácitas, devendo preservar certa discrição nos casos onde a estabilidade da família ou da propriedade burguesa pudessem ser ameaçadas. Valia o ditado “paixão é uma coisa, a mãe de meus filhos, outra bem diferente”. As mulheres burguesas deveriam desconhecer ou fingir ignorar o que seus maridos e outras mulheres faziam. Segundo Hobsbown não era uma mera hipocrisia ou trapaça, mas uma questão cultural, e, nos países protestantes, a moralidade das restrições sexuais e da fidelidade deveriam atingir os dois sexos, sendo que aqueles que não a cumprissem, seriam levados ao tormento pessoal. (Os casos de Ema, Ana e Luíza são típicos. (Ver PERROT, 2005, p. 272). No meio burguês, esforço e prazer coexistiam de forma ambígua e a sexualidade era parte disso.

O século XIX é a idade do ouro do sacramento da penitência. Ele entra na estratégia da salvaguarda da moral familiar: afasta os jovens do abismo, previne os adultérios e, mais tarde evitará os divórcios, salva o país (a França, no caso) contra o socialismo. Concorre, enfim, para a preservação da ordem social. O sentimento de culpa liga-se ao sentimento de vulnerabilidade que, no seio das classes dominantes, convida a uma moral sexual cada vez mais exigente, que altera, amplia e refreia as instâncias que envolvem o encontro amoroso. O padre recebe ao mesmo tempo a missão de zelar pela pureza da moça, a fidelidade da esposa e a honestidade da doméstica. Não era de se admirar que os manicômios estivessem povoados por mulheres atacadas de “monomania religiosa”, que se torturavam em intermináveis autopunições e mergulhavam na inapetência para que Deus poupasse ao restante da humanidade, os pecados que elas mereciam por seus pecados. Os padres, com seus “furores clericais” controlavam o comportamento, a roupa e até o penteado das mulheres que frequentavam o templo. O cura de Massac chega a cortar a mecha do cabelo de uma delas, por considerá-lo exuberante demais. As relações conjugais são controladas através da condenação do onanismo dos esposos e das fraudes conjugais que “subvertem a sagrada função do matrimônio de gerar filhos. Além dos sermões e do confessionário, recorria-se à investigação lateral, junto a familiares e vizinhos, que conduzia a um controle absoluto da intimidade, e constituía uma verdadeira trans-humanização ou dezumanização da pessoa. Enquanto a Igreja continua a sugerir aos comungantes, sonhos angélicos, a influência do romance e das novelas populares vai constituindo as mentes amorosas, sobretudo das mulheres. (CORBIN, 1991, p. 503-561)

O amor físico domina o romance e a poesia. A obscenidade, a um só tempo onipresente e oculta nos volteios do texto, impõe ao leitor uma permanente decodificação que atija o prazer da transgressão.

A elipse, a litotes, a perífrase ou ainda a metáfora convidam a imaginação a trabalhar. Assim funcionam as evocações do paroxismo do gozo. Nesta literatura, pode-se “tomar uma mulher”, que “se entrega”; então, a “felicidade” – às vezes o coito, às vezes o orgasmo – é feita de “indizíveis gozos”, de “insólitas delícias”, “de um prazer louco, quase convulsivo”. O romance aborda, ou ao menos aflora, os aspectos secretos da vida sexual, desvendados pelo discurso libertino; sugere a frigidez, a impotência; deleita-se nos escândalos da inversão. (CORBIN, p. 529-530)

Jean Paul Sartre comenta que “uma mulher da classe burguesa, quando acaba de se comportar como uma fera, (no êxtase sexual), deve ser como um anjo”. (apud CORBIN, p. 530). Essa ambigüidade alcança, sobretudo, a mulher casada ou com pretensões ao casamento, e modela os gêneros de gozo permitidos. Ao homem é facultada e até estimulada a atividade sexual de espera, e para isso existem as costureirinhas e operárias da cidade, as empregadas da casa, as pastorinhas das redondezas ou os prostíbulos. Nesse “meio fervoroso”, a moça que sucumbe aos prazeres do sexo é alvo de toda maledicência e, se ocorre a gravidez, tem que recorrer a fórmulas que a camuflem (apertar as vestes, comungar ostensivamente, simular ótima disposição) se quiser fazer um casamento de respeito, elegante ou renomado. Com o passar dos anos, o moço que mantinha relações “de espera”, procura uma de tom “mais conjugal” e, se possuir meios, abandona a mocinha para permitir-se o luxo de uma ligação elegante. (p. 536) Em muitos casos, o casamento formal não impede que se dedique a uma cortesã de luxo, sinal de *status*, ou mesmo a uma relação fixa, extraconjugal. “O burguês gosta de reencontrar junto a sua amante o conforto de seu interior, um detalhe erótico a mais. O modelo da moça comportadamente mantida, fiel a seu amante, desenha-se frente ao da esposa reconfortante e delicada. Tanto uma como outra vivem presas à impaciente espera do homem”. (p. 539) As putas e as cortesãs cumprem outras funções consideradas também fundamentais: a iniciação dos rapazinhos, a satisfação dos instintos “naturais” dos solteiros e o apaziguamento dos desejos frustrados dos maridos.

A noite de núpcias é, para as “herdeiras” que foram “preservadas”, um ritual de iniciação feminina que impõe um *mise-em-scène* quase obrigatório. Esta encenação ritualística deve envolver um jogo de cena coletivo em que as demonstrações de temor, pudor e ignorância da esposa estejam envolvidos com a “investida” dos esposos. Recomenda-se a ela evitar as manifestações de prazer e a ele os excessos de arroubo para não chocá-la. Compreende-se então o desconcerto do jovem marido quando descobre uma esposa demasiado sabida. (p. 541) A necessidade de “reserva na primeira noite criou a moda da noite de núpcias, uma forma de afastar os parentes dos constrangimentos”.

Até meados do século XIX, a finalidade do ato conjugal, não é, em última instância, o prazer, mas a reprodução. O discurso médico, longe de exaltar a lentidão das carícias, associa a qualidade da relação ao ímpeto e à rapidez do homem. As fontes ainda permanecem mudas a respeito do grau em que “as figuras

de volúpia” aprendidas pelo marido na marginalidade sexual tenham invadido o leito conjugal, já que os processos de separação não trazem claramente os fatores da incompatibilidade sexual. O que prevalece é demonstrado pelas gravuras de época. O discurso religioso ainda transforma o quarto de casal e do leito conjugal em um “santuário” onde se “consagra” “o santo ato da reprodução”, onde o ato sexual se faz no escuro, longe de espelhos, e em posição que favoreça a procriação (do missionário). A volúpia traz o risco de doenças ou de “danação”.

Contudo, a partir de 1860, começa a história contemporânea da sexualidade, abalada pelo imaginário erótico que se transforma. Os limites dos rituais românticos do amor se rompem e as emoções da transgressão se abrem para muitas mulheres, paralelamente aos sentimentos de culpa e medo. Para isso contribuíram, desde o século XVII, o mito de D. Juan (1662), as farsas e comédias de Molière (Escola de Maridos – 1661 e Escola de Mulheres- 1662) e outras tantas que evidenciam e banalizam a sedução e a nova circulação social do vício, que Zola procurou ilustrar ao escrever Nana (1880). (CORBIN, 1991, p. 544-546). As semivirgens não podem mais abordar o leito nupcial com a mesma (in)disposição das inocentonas de tempos anteriores. Aos poucos vai caindo o tabu sobre o prazer feminino. Já durante o primeiro quarto do século, emerge a reivindicação de um casal mais unido e mais fraterno, “que não esteja separado pelas barreiras do saber, nem embaraçado pelas injunções do confessor”. Mulher e marido adquirem o hábito de tratar-se por querido/a e a jovem esposa não hesita em deleitar-se com o erotismo velado dos romances da moda (p. 546) É natural que as heroínas de Flaubert, Tolstoi, Eça e Machado não se contentem com a sensorialidade de seus casamentos.

O jogo amoroso incorpora o flerte como uma conduta de transição entre o clima de sedução e a entrega, nem sempre possível. A mulher não faz senão deixar adivinhar sua sensualidade, evita assim comprometer-se plenamente. O novo erotismo impõe a delicadeza, o jogo de sedução, o refinamento, as complicações sensoriais. (CORBIN, p. 546) Ema, Ana, Luíza, Capitu, cada uma a seu modo, usaram e abusaram desse jogo, sobretudo Capitu.

Em 1878, o prazer feminino recebe uma atenção inusitada com a publicação da obra de um médico, o Dr. Dartigues “De l’amour expérimentel ou des causes de l’adultère chez la femme au XIX siècle”, que contém uma pregação em favor do orgasmo feminino e menciona que também outros médicos recomendam aos esposos uma nova atenção ao prazer feminino (p. 548). As condutas eram minoritárias, mas já atestam a ascensão de uma sexualidade mais orientada para o prazer e não apenas para a procriação. (As relações, sobretudo de Ema e Ana com a procriação, são bastante controversas e evidenciam esse avanço).

As medidas de controle de natalidade mais usadas eram o onanismo conjugal ou coito interrompido, a masturbação recíproca, o coito oral e anal, considerados ignóbeis e combatidos pela Igreja e pelas ligas de regeneração. As medidas profiláticas mais usadas eram os *condom*, os pessários oclusivos, a higiene íntima e a cânula inglesa (bidê). Algumas mulheres recorriam a crenças populares e às abortadeiras.

O índice de sexo extraconjugal era maior nas cidades que nas províncias, atingindo o ponto máximo nas cidades portuárias, guarnições e institutos de educação, isto é, com alta concentração de jovens solteiros longe de suas casas. Mas, no geral, o mundo burguês, segundo Hobsbown, era perseguido pelo sexo, mas não necessariamente pela promiscuidade sexual. No geral, a moral burguesa, sobretudo nas classes médias e respeitável classe trabalhadora, era respeitada, em meio às ambiguidades que iam da inocência à perdição. A traição dos maridos era facilitada pelo chamado “fetichismo de avental”, prato cheio para os psicanalistas. A prática das extravagâncias extraconjugais pelos maridos (com serviçais ou não) não é mensurável, mas povoa a literatura romanesca, em Zola, Maupassant, Mirabeau e Balzac. Aparece em Flaubert, Tolstoi, Eça e Machado, envolvendo os protagonistas ou coadjuvantes. (CORBIN, p. 549) “... o fantasma de homens fascinados pelo corpo do povo, acessível e domesticado”, favorece também a relação de Bentinho com Capitu. A proximidade da vizinha pobre, a servilidade de sua família, mesmo sem laços de trabalho com sua mãe, permitiu os encontros furtivos, os beijos roubados, as promessas de um prazer mais intenso com o casamento.

A erotização das esposas aviva o temor do adultério feminino. Ele é considerado crime para ambos, mas a posição da lei frente ao adultério masculino é afrontosamente diferente. O homem só é levado a tribunal, se, comprovadamente mantiver uma concubina em domicílio conjugal, pois coloca a família em perigo. O adultério da mulher, em qualquer circunstância, é crime, sujeito à pena de prisão ou até mesmo de morte, tolerada extraoficialmente, como crime de honra. Em caso de separação, a mulher devia manter-se fiel, o mesmo não sendo exigido do homem, já que, somente o adultério feminino acarretava o risco de fazer com que os bens patrimoniais caíam em mãos de filhos de estranhos. Essa legislação muda entre 1880 e 1914, mas continua por muito mais tempo existindo na prática. (CORBIN, p. 554). Até hoje, em muitos casos.

As causas para o aumento do adultério feminino na pequena burguesia, apontado por Corbin, (1991, p. 555), são: atenuação do controle familiar sobre a filha crescida; ascenso moderado da higiene íntima; prática do tênis; da bicicleta; o hábito de deixar-se acariciar livremente, já que foi liberada a contemplação, exibição e aprendizado erótico do corpo. A nova volúpia conjugal; o auge das práticas anticoncepcionais; a reivindicação do direito da mulher ao prazer; a degradação do modelo da esposa virtuosa; a banalização das condutas masculinas de sedução; a maior possibilidade de discrição, em caso de gravidez; estimularam a transferência do desejo viril para a mulher casada.

As damas casadas e “respeitáveis” das camadas altas e médias da burguesia, como Ema, Ana, Luíza, Capitu, frequentam o teatro, exibem-se nos cafés, passeiam pelas ruas nos “fiacres”, compram nos “magazines”, saem de férias em viagens ferroviárias, vão aos banhos de mar ou termas. Essas escapadelas favorecem os encontros furtivos e as aventuras extraconjugais nos gabinetes privados ou “rendez vous”. O adultério alimenta as conversas, é representado nas peças do teatro de revista, alimenta os temas dos romances, estimula os encontros clandestinos. Paralelamente à lassidão dos costumes, contudo, persiste a boataria da

vizinhança e as ligas de moralidade pública, alimentadas pelas Igrejas Católica e Protestante, ou por políticos moralistas (Béranger). São feitas campanhas contra a licenciosidade nos teatros e nas ruas, a obscenidade na literatura, exaltando a imagem da mulher virtuosa, o dever da maternidade, a santidade das esposas. É esse ideal que ainda predomina no seio da burguesia, fazendo do adultério feminino uma comoção social. Os amores ilegítimos, vividos pelas mulheres, são justificados por elas nos autos dos processos como consequência do mau funcionamento do casamento, infidelidade do marido ou doenças do mesmo. A literatura romanesca sugere que o remorso se liga mais ao papel materno do que ao de esposa. É o caso de Ana Karenina, principalmente, e Ema, em parte, embora fossem ambíguas suas relações com os filhos. A descoberta do adultério é recebida distintamente conforme o meio social. Pior que o ato em si da traição é o efeito social de sua descoberta, a honra do macho burguês ultrajada. (CORBIN, p. 555 – 561)

O contexto brasileiro

No Brasil, as transformações da sociedade (consolidação do capitalismo periférico, incremento da vida urbana com suas novas alternativas de convivência social, ascensão da burguesia e de uma nova mentalidade burguesa), engendram novas relações. Há uma reorganização das vivências familiares e domésticas, do tempo e das atividades femininas, da sensibilidade e da forma de pensar o amor. Ocorre, lentamente, a institucionalização de uma nova mulher, com a valorização da intimidade do lar e da maternidade: sólido ambiente familiar; lar acolhedor; filhos educados; esposa dedicada ao marido e às crianças; ideal de retidão e probidade; tesouro imprescindível. Os emblemas desse mundo relativamente fechado são: boa reputação financeira; articulação com a parentela como forma de proteção contra o mundo externo. Ganha força também a idéia de que as próprias mães deviam cuidar dos filhos, não os deixando apenas sob influência das amas negras e dos moleques de rua.

A cidade do Rio de Janeiro, cenário do romance *Dom Casmurro*, é modernizada. O prefeito Francisco Pereira Passos queria fazer dela o mesmo que Hausmann havia feito de Paris. Medidas higiênicas e novos conceitos de vida familiar se desenvolvem; novos valores, importados da Europa, são implementados nas condições específicas da antiga colônia. A proposta era serem os moradores das cidades, “civilizados” como eram os franceses e os europeus em geral. Passam a ser controladas as festas públicas, as serenatas e mostras de boemia, além dos cultos populares considerados provincianos. Afasta-se a pobreza do centro da cidade. Separa-se a rua, com seu novo *status* de lugar público e a casa, espaço privado. Desencadeia-se uma desconfiança com relação aos *outros*, aos desconhecidos. Surge uma nova ordenação das ruas e das casas, separadas por calçadas, e dos vizinhos, separados por jardins e corredores verdes. O que não impede os mexericos e maledicências. Dentro das casas também há um novo conceito de privacidade: criação de um corredor para circulação interna, já que antes se passava por dentro dos quartos; maior noção de conforto e aconchego, separando-se os espaços íntimos (alcovas) e as salas de visita e salões. Passa a ser *chic*, como era

na Europa e na Rússia, receber periodicamente, um círculo restrito de familiares e amigos. Os salões eram abertos à realização de saraus (leitura de trechos de poesia e romances, sessões de piano ou harpa), jantares e festas. A mulher passa a frequentar cafés, bailes e teatros (sempre acompanhada) e sempre vigiada de perto por pais e maridos e também pelos olhares atentos da sociedade. Precisa aprender a comportar-se em público “de acordo com determinados códigos de decoro que iam desde os trajes, até à forma de se assentar, os assuntos das conversas, etc.

O ócio entre as mulheres da elite burguesa e os novos hábitos de se ler romances e poemas gerou um público leitor eminentemente feminino, absorvido pelas novelas românticas e sentimentais, consumidas entre um bordado e outro, receitas de doce e confidências entre amigas. Essas também eram controladas de perto pelos maridos, como no caso de Leopoldina, amiga ‘inconveniente’ de Luíza. As histórias de heroínas românticas, langorosas e sofredoras acabaram por incentivar a idealização das relações amorosas e das perspectivas de casamento. Como suportar, depois de tantas leituras sobre heroínas edulcoradas, depois de tantos suspiros à janela, a rotina da casa, dos filhos, da insensibilidade e do tédio.

As alcovas, lugar do segredo e da individualidade, forneciam toda a privacidade necessária para a exploração dos sentimentos: lágrimas de dor ou ciúmes, saudades, declarações amorosas, cartinhas afetuosas e leitura de romances pouco recomendáveis. ‘A máscara social será um índice das contradições profundas da sociedade burguesa e capitalista(...) em função da repressão dos sentimentos, o amor vai restringir-se à idealização da alma e à supressão do corpo.’ (D’INCAO, 2002, p. 229)

Os casamentos entre famílias ricas e burguesas eram uma forma de ascensão social, de manutenção do *status* social e de se manter o patrimônio familiar. As mulheres casadas, por meio dos ritos sociais, exerciam um novo papel de contribuir para o projeto familiar de mobilidade social, por sua postura nos salões públicos ou como anfitriãs na vida privada, como exemplos modelares de esposas e mães e também de beleza, outro acréscimo a esse patrimônio familiar. As mulheres passam a integrar um capital simbólico importante na perspectiva do “atrás de um grande homem vem sempre uma mulher”, pois, embora a autoridade familiar permanecesse em mãos masculinas (pais ou maridos), esses estavam imersos em uma teia de relações familiares onde as mulheres eram fundamentais para a manutenção (ou não) de seu prestígio social, daí a necessidade de se manter as aparências e o rigor com sua conduta.

É devido a isso que surgem iniciativas no meio médico, educativo e de imprensa, no sentido de combater o ócio das mulheres, ocupando-as com o gerenciamento dos afazeres domésticos; das regras castas no encontro sexual com os maridos; no cuidado com a castidade das filhas, no sentido de se constituir uma descendência saudável e uma prole bem comportada. Esses cuidados, paradoxalmente, não eram importantes com relação ao sexo masculino, sendo natural os homens casados terem relações extraconjugais e os filhos serem estimulados a

uma “iniciação”. Mais tarde, Mário de Andrade vai ilustrar isso, em *Amor, verbo intransitivo*, com o caso da preceptora alemã, encarregada de ensinar sexo aos filhos primogênitos do casal.

Ainda perdura, na segunda metade do século XIX, o mito do amor romântico e as noções de amor como uma epidemia e uma vez contaminadas, as pessoas passam a suspirar e a sofrer o mal de estarem apaixonadas. Também com relação às mulheres das camadas mais pobres, como era o caso de Capitu, uma menor vigilância e constrangimento, por parte dos pais, eram ‘adequados’. Mas, mesmo os pais que estimulavam as filhas a casamentos fora de sua classe social, preservavam sua virgindade, que constituía um requisito fundamental, pois funcionava como dispositivo para manter o valor econômico e político, sobre o qual se assentaria o sistema de herança de propriedade que garantia linhagem de parentela.

A garantia do estatuto dessa espécie de aliança política e econômica desejável entre as famílias funcionava pelo sistema de intermediação que separava os corpos pela vigilância externa sobre os movimentos das mulheres, mas também por um condicionamento de autovigilância das mulheres sobre si mesmas, pela inculcação das normas e dos códigos religiosos e morais da época, muito mais eficientes que o controle externo. Esses é que determinavam, nas mulheres, as maneiras de se comportar que ficavam tão arraigadas que, em caso de incorreções, geravam os sentimentos de culpa e de pecado, levando-as até à morte, como no caso de Ema, Ana e Luíza.

A mulher adúltera passava pelo mito do amor romântico, conjugal e também materno, como se o amor materno fosse um instinto, um sentimento natural, e os laços familiares de sangue fossem mais fortes que quaisquer outros construídos no decorrer de uma vida.

Só um pouco mais tarde, na ficção brasileira, é que a família burguesa vai aparecer com mais corpo. Machado de Assis vai descrever a doçura da família calma e equilibrada do Segundo Reinado no romance *Iaiá Garcia*. Toda a obra da ‘primeira fase’ do romancista (1872-1878) é devotada a temas familiares. Na segunda fase da obra de Machado de Assis (1880-1908), não só a família é o ponto central das histórias, como também surgem os temas psicológicos. A distribuição de papéis em *Esau e Jacó* revela a crescente santificação da mulher como mãe, através do sofrimento, enquanto todos os deveres do pai apontam na direção de ganhar dinheiro para o sustento da família. Pode-se sentir, por parte da mulher, o cultivo da domesticidade e dos deveres de ser esposa. Toda fragilidade e, ao mesmo tempo, fortaleza da mãe é sublimada. Machado de Assis desenvolve outros temas importantes relacionados ao amor e à família, tais como casamento por amor *versus* casamento por aliança política e econômica; o amor filial, paternal; e também o adultério. (...) Nos romances machadianos escritos a partir de 1882, as famílias são predominantemente urbanas e restritas ao marido, esposa e filhos. O triângulo amoroso tenciona as tramas. O sentimento amoroso restringe-se a marido e mulher, aos enamorados ou aos amantes e

torna-se mais complexo, conflituoso, ambíguo. As próprias personagens, e não mais o destino, tornam-se irônicas, cínicas ou cruéis. A convivência educada vai ganhando dimensões de hipocrisia e de sobrevivência individual. O amor, não mais abafado sob travesseiros, é retratado como distração ou tédio (*em Memórias póstumas de Braz Cubas*), como motivo de ciúme ou loucura (*Dom Casmurro e Quincas Borba*). O casamento ainda ocorre por conveniência, agora, um objetivo possível de ser atingido por meio de manipulações e estratégias. Os círculos sociais se ampliam, as mulheres da elite saem às ruas e salões exibidas e *coquettes*, rapazes ambiciosos abraçam profissões liberais e adentram os salões das melhores famílias- ampliam-se o mercado conjugal e as possibilidades de escolha entre os grupos mais abastados. As normas de comportamento tornam-se mais tolerantes, desde que se mantenham as aparências e o prestígio das boas famílias não fique abalado. O amor, explorado por Machado de Assis, oscila entre um sentimento transcendente – rebelde às demandas da sociedade burguesa e racional – e um amor raro, feito de pequenos gestos cotidianos e respeito mútuo, ascético, sem paixão. (D'INCAO, 2002, p. 238)

A nova mulher

As mudanças na condição da mulher, por menos significativas que tenham sido nesse período, e embora restritas aos estratos médios e superiores dos países capitalistas desenvolvidos e subdesenvolvidos, foram suficientemente amplas para se falar em uma *Nova Mulher*, a partir, sobretudo de 1880. As heroínas ou anti-heroínas de Flaubert, Tolstoi, Eça e Machado guardam em si muitos traços que antecedem ou coincidem com essas mudanças, e protagonizam interfaces com essa nova mulher.

A partir de 1875, nos países desenvolvidos, as mulheres passam a ter menos filhos e o índice de mortalidade cai, exceto na Rússia onde permanece até por volta de 1900 (250 por mil). Vários fatores contribuíram para isso, inclusive casamentos mais tardios (por volta de 20 anos) e maior número de solteiras com abstenção de fazer sexo. O controle da natalidade (*coitus interruptus*) passa a ser discutido com um pouco mais de liberdade entre os parceiros, principalmente visando a evitar a dispersão do patrimônio familiar.

Não existiam ocupações puramente femininas (exceto a prostituição e os divertimentos públicos por elas assimilados). Os fatores culturais desfavoráveis ao trabalho feminino, tornavam o casamento o melhor meio de sobrevivência e ascensão social. Nas classes médias, sobretudo nas mais abastadas, as mulheres casadas não trabalhavam porque isso constituía um sinal de prosperidade, garantia de que ela era uma *lady* e de que o marido correspondia ao papel de provedor que dele se esperava. Assim, além da masculinização da economia, havia também o mesmo processo na política, com a exclusão das mulheres até mesmo do voto. Apesar de um processo de democratização das sociedades, sobretudo a francesa e a inglesa, após a era das revoluções, às mulheres era reservada a vida privada e

muito restrita à vida pública. Elas não participavam das reuniões onde se discutia a vida pública, nas tavernas, clubes e partidos políticos, embora tivessem participado dos movimentos revolucionários, como a *Marcha sobre Versailhes* e as *Barri-cadas de Paris*. Nem aos passeios públicos podiam comparecer sozinhas.

Grandes mudanças, que não podem ser generalizadas e nem foram tão simples como podem parecer, atingiram a condição das mulheres das camadas médias por sua situação de controladoras das cestas de compra familiares. A indústria da propaganda passa a tratá-las com mais respeito e introduz novas fórmulas de sedução dessas novas consumidoras: promoções nos grandes magazines; catálogos por reembolso postal; mascates de casa em casa; mostruários mais sedutores; bajulação das clientes. Surgem páginas femininas nos novos diários dirigidos à classe média e nas revistas femininas. A exposição anglo-francesa de 1900 tem uma parte especial dedicada às mulheres ilustres.

Quanto à educação, são poucas as pesquisas nesse campo. As que existem confirmam que não teve o mesmo zelo por parte de todos os países, manifestando-se mais na Alemanha e, por incrível que pareça, na Rússia, que, em 1900, tinha um quarto de milhão de alunas, e teve uma notável expansão no ensino universitário, entre 1905 e 1911, e nos EUA, onde haviam dobrado desde 1890.

O acesso à escrita, domínio sagrado, é também uma zona de afrontamento e de controvérsias. Se não é mais possível ‘proibir que as mulheres aprendam a ler e escrever’, como desejava Sylvain Marechal, em um projeto de lei apenas imaginário, ao menos pode-se isolá-las em modos de escrita privada (a correspondência familiar, por exemplo) e formas públicas específicas (obras de educação). A ‘mulher autora’, esta ‘pretensa literata’ detestada, atrai para si todos os sarcasmos. Uma mulher que escreve, e sobretudo que publica, é uma mulher desnaturada que prefere abrigar-se sob um pseudônimo masculino. Seu sucesso provoca escândalo: ele é depreciado. Vejamos George Sand e seus ‘romances rústicos’. Relegados à prateleira da Biblioteca Verde para adolescentes (*La Petite Fadette*, *La maré au Diable*), eles fizeram esquecer a obra multiforme de uma escritora imensa, que redescobrimos apenas nos dias de hoje. (PERROT, 2005, p. 271)

O século foi marcado também por novos hábitos no lazer, na moda, nos esportes. Na moda, um passo importante de liberação dos corpos das mulheres foi o desaparecimento das armaduras de tecidos e barbatanas; o surgimento de roupas soltas e flutuantes, popularizadas no final do século pelas vogas de esteticismo intelectual da década de 1880, do *art nouveau* e da alta costura pré 1914. As roupas eram uma combinação de tentação e interdição: o burguês vitoriano andava todo coberto. Até objetos que lembrassem partes do corpo eram cobertos, na primitiva sociedade americana. No entanto, as características sexuais secundárias eram enfatizadas grotescamente: cabelos e barbas nos homens e cabelos, seios e ancas nas mulheres. Essas eram aumentadas para proporções gigantescas

por meio de enchementos postiços, *culs de Paris*, etc. No famoso quadro de Manet *Déjener sur l'herbe* (1863), destaca-se o contraste entre as roupas sóbrias dos homens e a exposição das mulheres.

As mulheres começam a sair dos ambientes das alcovas e saletas familiares para a prática de esportes e viagens. O alpinismo; a bicicleta, melhor que o cavalo, onde tinham que montar de lado; a patinação; as férias em estações de veraneio; os banhos mistos; passam a ser novas alternativas para as mulheres das camadas médias; revelam mais seus corpos; ampliam suas vontades.

Sexo sem casamento era ainda muito restrito a algumas mulheres mais emancipadas, como foi o caso das universitárias russas, uma vez que os jovens também universitários da capital eram mais exigentes que os do campo, e não se contentavam apenas com beijos. O adultério, muito provavelmente a mais difundida forma de sexo extraconjugal, para as mulheres da classe média, pode ou não ter aumentado com o crescimento da autoconfiança feminina. Existe uma grande diferença entre o adultério como uma forma utópica de sonho de libertação de uma vida restrita, tal como na versão padronizada do tipo Madame Bovary dos romances do século XIX, e a liberdade relativa entre maridos e mulheres da classe média francesa, de terem amantes, desde que mantidas as convenções, conforme apresentam as peças dos *boulevards*, no século XIX. Tanto os romances como as peças foram escritos por homens.

Todavia, o adultério do século XIX, bem como a maioria do sexo então praticado, resiste à quantificação. Tudo o que se pode dizer com alguma certeza é que essa forma de comportamento era mais comum em círculos aristocráticos e círculos da moda, sendo que nas grandes cidades, (com o auxílio de instituições discretas como os hotéis), as aparências podiam ser mantidas com mais facilidade. A sensualidade feminina vai progressivamente sendo invocada em meio a todos os preconceitos que acompanham sua constatação, por artistas como Klint ou pensadores como Kraus. Pouco a pouco suas identidades sexuais e suas preocupações eróticas vão se separando das meras imagens sexuais masculinas, para os quais a mulher ainda era considerada, em sua maior parte, como simples complemento de suas necessidades.

Havia uma verdadeira obsessão em insistir que a mulher era um ser espiritual, o que implicava que o homem não era. A mentalidade da época girava em torno de uma bipolaridade da natureza feminina, ora vista como marcada pelo sinete de uma antiga aliança com o demônio, ora como filha espiritual de Maria, sob o pólo imaculado da feminilidade, o anjo bom do homem, acessível à piedade, nascida para a benemerência. (CORBIN, 1991, p. 519)

A família era, além da unidade básica da sociedade, da propriedade também e do sistema comercial. O dote garantia o sistema de trocas “mulheres + propriedades”. Elas deviam ser virgens, como garantia de negócio. O combate aos amores desenfreados era também uma maneira de garantir as fórmulas economicamente viáveis e a preservação dos recursos comuns.

Considerações finais

As circunstâncias aqui analisadas na vida real, e na simbólica, dos romances da segunda metade do século XIX, com relação aos arranjos matrimoniais, à nova mulher e suas aspirações e vivências amorosas, coincidem com aquelas que Michelle Perrot (2005) chama de uma outra modernidade e iriam culminar no início do século XX, com o quadro assim expresso por ela:

As mulheres do século XIX – provavelmente em todos os tempos – não foram somente vítimas ou sujeitos passivos. Utilizando os espaços e as tarefas que lhes eram deixados ou confiados, elas elaboraram, às vezes, contrapoderes que podiam subverter os papéis aparentes. Há abundantes imagens de mulheres resplandescentes, de avós reinando sobre suas linhagens, de mães “abusivas”, de donas-de-casa autoritárias que dirigem seus empregados, donas-de-casa populares que os homens chamam de “a burguesa” porque eles lhe entregaram seu pagamento e elas controlam seus lazeres, mulheres cotidianas ou excepcionais que investem sobre a vida diária ou o social. (p. 273)

Em meio aos novos mediadores culturais, já não se aceitava mais as antigas maneiras de viver, nem de morrer. Já não se aceitava também, as antigas maneiras de amar, e os questionamentos nesta área iriam condicionar os daquela. Gustave Flaubert, Leon Tolstói, Eça de Queiroz e Machado de Assis capturaram o espírito de seu tempo, sua agonia e êxtase, e, em sua genialidade, o reinventaram a seu modo, nas histórias dessas mulheres “adúlteras”. Se cabe a nós, leitores, re-significá-las com o olhar do nosso tempo, essa é uma missão temerária, de cujos excessos me penitencio de antemão.

Referências:

- ASSIS, M. **Dom Casmurro**. 39. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- ASSIS, M. O primo Basílio. In: ___ **Obra completa**. Rio de Janeiro: Ed. José Aguilar, 1959.
- BRUHAT, J. **História da URSS**. Trad. de Geraldo Gerson de Souza. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
- CARPEAUX, O. M. Introdução. In: TOLSTOI, L. **Ana Karenina**. Trad. de Lúcio Cardoso. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1979.
- DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Unesp, 2002.
- D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Unesp, 2002. p. 223-240.

DUBY, G. & PERROT, M. **História das mulheres: século XIX**. Porto: Afrontamento, 1991.

GAY, P. **A educação dos sentidos**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

FLAUBERT, G. **Madame Bovary**. Trad. de Araújo Nabuco. São Paulo: Martins, 1971.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**, 1. A vontade de saber. Trad. De Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

HOBBSBOWN, Eric. **A era dos impérios: 1875-1914**. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **A era do capital: 1848-1875**. Tradução de Luciano Costa Neto. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

LUCAS, F. Uma ambigüidade insolúvel. In: Assis, M. **Dom casmurro**. 39. ed. São Paulo: Ática, 2000.

MACHADO, R. **Ciência e saber: A trajetória da arqueologia de Foucault**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981. (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, v. 11)

PAZ, O. **El labirinto de la soledad**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1999.

PERROT, M. Introdução. In: ____ (org.) **História da vida privada**, 4. Da revolução francesa à primeira guerra. Trad. de Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo: Cia das Letras, 1991.p. 9-13

PERROT, MICHELE. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005. (Coleção História)

QUEIROZ, E. **O primo Basílio**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d.

_____. Carta a Teófilo Braga. In: ____ **O primo Basílio**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d.p. 469-472.

SCHWARZ, R. **Duas meninas**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

_____. **Um mestre na periferia do capitalismo**. São Paulo: 34, 2000.

TOLSTOI, L. **Ana Karenina** Trad. de Lúcio Cardoso. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1979.

VARGAS LLOSA, M. *A orgia perpétua: Flaubert e Madame Bovary*. Trad. de Remy Gorga Filho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

VASCONCELOS, Sylvio. **Mineiridade: ensaio de caracterização**. Belo Horizonte: 1968.

VERÍSSIMO, J. Dom Casmurro. In: MACHADO, U. (org.) **Machado de Assis: Roteiro de nsagração**. Rio de Janeiro: UERJ, 2003.p. 223-233.

Abstract: This article approaches the connections between knowledge and power that circumscribed the woman sexuality and the representations of permitted and not permitted in second half of XIX century. The text shows the manners how the private, intercrossed with the social, the religious, the juridical, the medical and the biological leads to the creation of normative discourses that legitimate some practices and exclude others, in a continuous and complex play of mutual influences. The obliquity used for the approach was literature, once that constitutes one of the important sources of register of this web of relationship, sometimes more truthful than emanations of life. It intercrossed some elements included in books of Flaubert, Tolstoi, Eça de Queirós and Machado de Assis that describe the love quotidian of XIX century, in the historical context of european and periferical capitalism (França, Rússia, Portugal and Brasil, with its specifics). The adultery thematic included in all the books selected (Mme Bovary, Ana Karenina, O primo Basílio e D. Casmurro), and the historical temporality of their publication, justify the choice.

Key-words: woman sexuality – representations – discourse – adultery - power

* **Maria Celeste de Moura Andrade**

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5569891803553823>